

Formação de Professores de História: a experiência da FEPAM

Marcos Antônio Caixeta Rassi

Centro Universitário de Patos de Minas, UNIPAM. Mestre em Educação pela UFU.
e-mail: rosirassi@terra.com.br

Selva Guimarães Fonseca

Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em História. e-mail: selva@ufu.br

Resumo Este texto apresenta resultados de pesquisa e teve como objetivo compreender, problematizar, analisar como se forma um professor de História no Brasil. Especialmente, trata da formação dos professores de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas – instituição mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas, FEPAM, hoje UNIPAM, Centro Universitário de Patos de Minas – no período de 1970 a 2001. Especificamente, o texto analisa as relações entre o processo de formação inicial, os saberes e as práticas pedagógicas dos professores de História formados nessa Instituição.

“A História fornece um ‘maior sentido de relatividade, contrapeso para a nossa paixão do absoluto’.
Liberta de preconceitos – limitações do espírito.
Livra de superstições. Aumenta a tolerância”.
Emília Viotti da Costa

Este texto apresenta resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, no período 2004-2006. Trata-se de uma investigação que teve como objetivo compreender, problematizar, analisar como se dá a formação dos professores de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas – instituição mantida pela Fundação Educacional de Patos de Minas, FEPAM, hoje UNIPAM, Centro Universitário de Patos de Minas - no período de 1970 a 2001. Especificamente, buscamos compreender as relações entre o processo de formação inicial, os saberes e as práticas pedagógicas dos professores de História formados nessa Instituição.

Esse processo está relacionado à forma como se deu a implantação e o desenvolvimento do Curso de Licenciatura de História nos contextos local e nacional, marcados pela Ditadura Militar, vigente no país no período pós-1964, e pelo processo de lutas pela democratização do país. Trata-se de um estudo integrante da pesquisa sobre a temática “Formação docente, saberes e práticas de ensino de História”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil.

A criação de uma faculdade na cidade de Patos de Minas, Minas Gerais, Brasil, em 1970, era um anseio antigo da população local, que se mobilizava em torno do movimento estudantil de ensino médio e das representações das elites políticas locais. Os estudantes, por intermédio da entidade que os representava, a UEP – União dos Estudantes Patenses –, promoviam passeatas, participavam de atos cívicos, buscando diferentes formas de mobilização, conclamando a comunidade a participar da luta em prol da criação de uma instituição de ensino superior para a cidade. O desejo de grande parte dos estudantes era que se criassem cursos de Direito e/ou de Engenharia, muitos não queriam uma Faculdade de Filosofia e sabiam que a criação de um curso de Medicina era inviável, devido ao custo.¹

Centenas de estudantes que concluíam o ensino médio, desde os anos 50, do século passado, em toda a região do Alto Paranaíba – que congrega dezenas de cidades – viam-se na contingência de deixar suas cidades rumo a Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Uberlândia, Uberaba para continuarem seus estudos, ou não prosseguiram sua formação, devido à carência de instituições de ensino superior na região.

Nesse sentido, havia, no final dos anos 1960, um clima de mobilização em prol do ensino superior na região. Durval Antônio Pereira, professor da UFMG, patense, que veio a ser o primeiro presidente do Conselho de Curadores da FEPAM, fez o seguinte registro:

No 2.º semestre de 1968, recebi em minha casa os amigos Leopoldo Porto e Walde-
mar Mendes. No exercício temporário de mandato de deputado estadual, Leopoldo
apresentou um projeto de lei na Assembléia, criando a Fundação Educacional de
Patos de Minas, tendo sido aprovado e depois sancionado pelo Governador Israel
Pinheiro.²

É importante registrar que existia na cidade uma divergência entre dois grupos políticos sobre a criação da Faculdade. Durval assinala que sua primeira empreitada foi convencê-los da necessidade de uma convergência de posições no sentido de beneficiar a cidade, tendo sido bem sucedido em sua “missão diplomática”, como fica evidente na carta supracitada. Segundo Durval, o ideal seria que se unissem as forças, independentemente de posições políticas ou ideologias, advogada ainda que seria mais interessante que se criasse uma instituição – uma Fundação – desvinculada da Universidade Católica de Minas Gerais, o que era o objetivo do grupo capitaneado pelo Padre Almir Neves de Medeiros.

Durval utiliza sua estratégica retórica e seu poder de convencimento³, sempre destacando os ideais de crescimento cultural e intelectual da cidade. Ao final, consegue agluti-

¹ Depoimento de Jorge Eduardo de Araújo Caixeta, presidente da UEP em 1970, concedido em 16 mai. 2005.

² Carta de Durval Antônio Pereira à Professora Marluce Martins de Oliveira Scher, de 05.06. 1998.

³ O entrevistado salienta que sabia das divergências dos grupos políticos na cidade, oriundos do PSD e UDN, e teria que romper com esses limites. Assim, era necessário acomodar as dissensões endógenas. Para tanto, criou-se uma Assembléia Geral na cidade composta por dezenas de pessoas, das mais diversas origens, que passaram a fazer doações, também mobilizando recursos do poder público municipal e estadual.

nar as forças divergentes e destaca a união de todos em busca da tão sonhada Faculdade, como se percebe na análise da mesma correspondência:

[...] Conversei com os integrantes dos dois grupos e procurei mostrar-lhes que a cidade ganharia muito mais com um ensino superior independente, autônomo e sem fins lucrativos. Graças a Deus o bom senso prevaleceu. Foi a primeira grande vitória do movimento: a união de todos em busca de um único objetivo. (PEREIRA, 1998).

Embora a FEPAM fosse instituída em 1968, só em 1970, o Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais aprovou o Parecer nº 19/70, de 17.03.1970. A imprensa local assim noticiou a criação da Faculdade:

Contra os pessimistas que gritam alto e envenenam, muitas vezes, o otimismo sadio daqueles que se preocupam com o bem comum e lutam pelo progresso da cidade, consta que a Faculdade de Filosofia funcionará ainda este ano. [...] O prédio do Colégio Nossa Senhora de Fátima, cedido para o funcionamento da Faculdade, foi através do estudo da documentação apresentada, considerado em excelentes condições. [...] A quinze de fevereiro próximo haverá reunião do Conselho Estadual de Educação para a aprovação da Faculdade. Do resultado que cremos positivo e com boas razões, que deverá sair a esperada aprovação da nossa Faculdade. (FOLHA DIOCESANA, 08.01.1970).

A participação de representantes do catolicismo e do protestantismo na direção da Instituição foi marcante desde o início das atividades. O primeiro diretor foi um Irmão Marista, Irmão Geraldo Feliciano de Macedo e o secretário, o Reverendo Oadi Salum. O Conselho de Curadores da FEPAM sempre foi composto de personalidades ligadas ao catolicismo – o bispo, por exemplo, sempre figurava entre os componentes – e ao protestantismo. Havia uma coligação de esforços das duas religiões mais representativas da cidade, no sentido de participarem, efetivamente, na gestão da educação superior da cidade. Também participaram os representantes do Rotary Internacional, do Lions Club, da Maçonaria, enfim, os setores organizados da elite local estavam representados nos órgãos gestores da Fundação.

A conjuntura da criação da FEPAM se insere no contexto político nacional. O Governo Federal, a partir da instalação do Regime Militar em 1964, e, sobretudo, a partir de 1968, arquitetou e implementou várias estratégias visando a “despolitizar” a universidade, por meio do afastamento, das aposentadorias compulsórias de professores e cientistas que, de alguma forma, se opunham ao regime. A Reforma Universitária de 1968 é expressão desse movimento.

O Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fevereiro de 1969, outorgado pelo Governo Federal, veio reforçar essa política de repressão, de vigília e de caráter disciplinador que assolou o sistema educacional brasileiro, perseguindo professores e alunos. A frase recorrente atribuída ao Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, ilustra bem o espírito da lei: “Estudante tem que estudar, não pode fazer baderna”. Tudo aquilo que não estivesse enquadrado nos preceitos da “moral e da ordem pública” era considerado ato subversivo e digno

de represália e punição. O referido Decreto proibia qualquer manifestação política nas escolas. Sobre ele, Fonseca registra:

Os valores desta moral e desta ordem eram apresentados como universais e indiscutíveis e, portanto, todo ato ou pensamento que contestasse ou apenas discordasse da moral implantada era subversão, era ilegal e, portanto, crime. [...] Além disso, há uma redução da formação moral à mera doutrinação ideológica, à repressão do pensamento no livre debate de idéias e ao culto de heróis e datas nacionais. (FONSECA, 1995).

A criação de faculdades isoladas nas cidades médias do interior do território nacional atendia à demanda por matrículas, dos filhos da classe média, no ensino superior, desvinculadas do debate promovido pelas universidades nos grandes centros urbanos. A política educacional, atrelada aos órgãos de Segurança Nacional, desencadeou uma verdadeira “caça às bruxas” nas universidades, intervindo, inclusive, no que se produzia dentro e fora dessas instituições, com o objetivo de descentralizar, fragmentar e despolitizar a produção científica do país e a formação da juventude. Como exemplos dessa ingerência, podemos relembrar a nomeação de reitores afinados com o Regime, a criação da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) nos cursos de graduação e pós-graduação, a censura prévia e a imposição das Licenciaturas Curtas.

A criação da FEPAM, no ano de 1968, estava, estrategicamente, imbricada a uma macro-política do Ministério da Educação e Cultura, por meio de acordos firmados com os Estados Unidos, já em 1966 (Acordo MEC-USAID – Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development), da Lei n.º 5.540 de 1968, chamada de Reforma Universitária, e, posteriormente, da nova Lei de Diretrizes e Bases n.º 5.692 de 1971. A expansão controlada e estratégica do ensino superior fazia parte da agenda da política educacional.

Sobre isso, o Professor Pedro Eustáquio, um dos pioneiros do curso de História de Patos de Minas, relatou:

O Acordo MEC/USAID, todos sabiam que o seu objetivo final era restringir. Nós lutamos terrivelmente contra isso. Na época, eu era presidente do Centro de Estudos Históricos da UFMG, lutamos contra esse acordo, porque ele era reducionista para a formação plena, intelectual, de qualidade [...], isso representava um perigo ao *status quo*. Esse acordo era uma forma de amortecer a condição intelectual, a condição cultural de nosso povo. (ANDRADE, P. E. Entrevista, Araxá, 03.04.2005).

O ano de 1968 foi especial, não só no Brasil, mas em vários lugares do mundo. Singularmente no Brasil, marcou o recrudescimento do Regime Militar com a edição do AI-5 – Ato Institucional n.º 5 – em dezembro de 1968. Os desdobramentos dessa medida se fizeram sentir em toda a sociedade, notadamente na universidade, onde professores, em especial da área de Ciências Humanas, iam ser perseguidos e/ou aposentados compulsoriamente.

Assim, é inegável que criar cursos de Ciências Humanas descentrados dos polos de resistências ao Regime – especialmente aqueles cursos das universidades federais e estaduais –, seria uma estratégia interessante e útil ao sistema. O Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, emergiu como um dos cursos, então criados, ao lado do curso de Letras, Pedagogia, Ciências e Matemática. Passou a suprir um espaço, uma demanda em termos de formação docente num amplo espectro de cidades⁴.

Nesse contexto histórico dos anos 1970, o Curso de História se construiu. Assim, questionamos, no atual momento de debates sobre as diretrizes nacionais de formação de docentes, acerca da reforma universitária, do papel da universidade, em que o curso de licenciatura em História nessa instituição passa por inúmeras reformulações: – Como se constituiu a trajetória histórica dessa instituição, em especial do Curso de História? Quais os problemas e as possibilidades deste Curso? De que modo as licenciaturas, em especial a de História da FEPAM, se situam frente ao debate acerca da formação dos professores de História? Como os profissionais formados nesta instituição concebem seus saberes, suas práticas? Qual a reflexão que os professores formadores e os licenciados em História produzem sobre suas próprias práticas, seus saberes e sua formação?

Concebemos o processo de formação de professores como algo permanente, contínuo. A formação do professor da educação básica não ocorre somente nos cursos de formação inicial específica. Contudo, é no espaço e no tempo formativo nos cursos de Licenciaturas que os saberes docentes são sistematizados, analisados e incorporados ao processo de construção da identidade docente. Assim, o curso superior de Licenciatura exerce um papel importante na definição do que é ser professor.

Como objetivos específicos esta investigação buscou registrar a constituição do Curso de História, as mudanças ocorridas ao longo dos anos (1970-2001), na formação inicial do professor de História na FEPAM e o papel do curso de Licenciatura da FEPAM nessa instituição; analisar as experiências de professores formadores, que atuaram e atuam nessa Faculdade, em termos de matriz epistemológica, concepções historiográficas e pedagógicas.

O recorte temporal compreende o período de 1970, ano do início do Curso de História até o ano de 2001, ano em que a FEPAM transformou-se em Centro Universitário e profundas modificações ocorreram, não só no Curso, mas em toda a Instituição.

As justificativas para a realização dessa pesquisa situam-se na problemática da formação de professores que está no centro dos debates das políticas públicas e das pesquisas em educação. Importantes debates pedagógicos, recentemente travados, acabaram intervindo na construção do nosso objeto, tais como: como, para que e em que circunstâncias são formados os professores no Brasil. Nossa relação com a História é intensa. Primeiro pela paixão despertada pela História desde a adolescência. Segundo, porque somos profes-

⁴ O curso de História atendia um amplo raio de cidades de Minas Gerais, além da cidade de Patos de Minas, Presidente Olegário, Vazante, Lagamar, João Pinheiro, Paracatu, Lagoa Formosa, Carmo do Paranaíba, Tiros, São Gotardo, Arapuá, Rio Paranaíba, Cruzeiro da Fortaleza, São Gonçalo do Abaeté, Pirapora, Buritis, Arinos Três Macias, Guimarães, Ibiá, Coromandel e Patrocínio.

sores de História e professores formadores de professores de História. Como professores reflexivos (SCHÖN, 1992), buscamos romper com o velho provérbio preconceituoso, já conhecido por todos, sobretudo dito em relação àqueles ligados à educação: “quem sabe faz, quem não sabe ensina”. Reelaboramos o dito com uma provocação, “quem sabe faz, *quem pensa o que faz*, ensina”. (grifos nossos).

O caminho metodológico percorrido teve como premissa a abordagem qualitativa de pesquisa educacional. Utilizamos uma combinação de instrumentos e fontes orais e escritas: atas do Departamento de História da FEPAM, jornais locais, matrizes curriculares, documentos elaborados pela ANPUH, legislações atinentes ao tema da docência em História, documentos da Instituição, bem como do Curso de História. As fontes orais foram colhidas por meio de entrevistas gravadas com professores formadores e professores que se formaram na Instituição pesquisada e que atuam como professores de História nos ensinos fundamental e médio, na cidade e região. A análise documental das fontes escritas foi complementada com fontes orais com objetivo de registrar as vozes, concepções e vivências dos sujeitos.

Elegemos como universo de colaboradores, os seguintes entrevistados: um professor do ensino médio que leciona em escola pública, uma professora que leciona no ensino fundamental e médio em escola pública e privada e uma professora que leciona no ensino fundamental em escola privada. O critério básico de escolha dos sujeitos (professores formados) é que todos fossem formados no Curso de Licenciatura em História da FEPAM, no período contemplado pela pesquisa. Como a maioria dos professores formados no Curso é composta por profissionais do sexo feminino, contemplamos esta proporcionalidade, daí a prevalescência de mulheres como colaboradoras. Entrevistamos também cinco professores formadores do curso de História da FEPAM, no período analisado. O critério básico para a escolha dos sujeitos (professores formadores) foi maior tempo de experiência profissional dentre aqueles que trabalhavam no período pesquisado. Todos os colaboradores concordaram em explicitar suas identidades. Por isso, não foi preciso valer-se do critério de invisibilidade ou anonimato.

Os procedimentos adotados no trabalho com as fontes orais inspiraram-se na história oral temática. A história oral constitui, a nosso ver, uma metodologia que potencializa, irriga a reconstrução de nossas práticas e experiências como professores, além de reconstruir a memória e tradição, condições fundantes de um trabalho de investigação que articula a Educação com a História.

Trabalhar com história oral é fazer vir à tona o que ainda não havia sido registrado ou que foi, muitas vezes, expurgado dos depósitos de memória: arquivos, armários, estantes... A pesquisa em educação requer uma busca criteriosa de evidências, para não cairmos nas armadilhas das fontes oficiais e apenas reproduzir o que, historicamente, desejaram nos passar. O pesquisador não pode contentar em apenas preencher as lacunas deixadas pelos manipuladores da memória (MESQUITA, 2000, p. 10).

A opção pela história oral se fundamenta na convicção de que, ao longo dos anos, o relato oral, não só para a situação específica do trabalho de professores, sempre se constituiu como uma das mais abrangentes fontes humanas de preservação e divulgação do conhecimento. Acreditamos que, na pesquisa em Educação, urge atentarmos ao “baú das memórias” que pode não estar depositado apenas nos documentos materiais. Um aspecto é, por exemplo, uma ementa de um determinado programa de ensino, o discurso ali explicitado. Outro, bem mais complexo e fecundo, é o esclarecimento oral de quem trabalhou o ementário, como trabalhou, em que medida, em que limites, em que tempo, em que enfoque, qual o acréscimo bibliográfico, quais os resultados obtidos no desenvolvimento do conteúdo da ementa. A história oral disponibiliza instrumentos para se obter uma riqueza de evidências.

Segundo José Carlos Sebe Bom Meihy,

[...] com uma vocação para tudo e para todos, a história oral respeita as diferenças e facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todos são personagens históricos, o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva. (BOM MEIHY, 2002, p.21).

Cada depoimento, cada narrativa dos professores-colaboradores desta pesquisa, constitui um “grande fato” na medida em que está irrigado de significações construídas no cotidiano do trabalho e da vida nestes professores. Assim, aqui, quem falou foi o próprio professor. Ele atuou como sujeito de sua própria reflexão, o que permitiu re/construí-la, registrá-la, divulgá-la e possibilitar outras interpretações. Partimos da reflexão do próprio professor, de sua maneira singular de pensar e exprimir seus saberes – todos eles e não só o escolar – sua concepção de mundo, suas práticas, sua vida.

As fontes orais e escritas articuladas às reflexões teóricas, especialmente aquelas realizadas nos debates e seminários na disciplina “Formação Docente e Práticas Pedagógicas” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, nos permitiram aprofundar a investigação sobre a formação e profissionalização docentes, acerca de como compreender a experiência pessoal e profissional de ser professor de História e como, a partir de suas histórias de vida, dos processos formativos, sobretudo, da formação inicial, captar re/construções de identidades.

Educação escolar, formação docente, práticas educativas articulam-se à questão dos saberes. Entendemos saberes, na perspectiva apontada por Bernard Charlot (2000 p. 60). Segundo o autor, “adquirir saber permite assegurar-se um certo domínio do mundo no qual se vive, comunicar-se com outros seres e partilhar o mundo com eles, viver certas experiências e, assim, tornar-se maior, mais seguro de si, mais independente”.

Comparamos o Curso de História da FEPAM – toda a sua trajetória histórica, o conjunto de suas experiências – a uma canção inacabada. Como todo projeto educativo, o curso

de formação de professores de História investigado é um projeto inacabado, em construção, imperfeito, mutável, aberto, multifacetado, plural. Comparamos esse projeto ao projeto de uma canção, que compreende, desde sua concepção, até suas variadas interpretações.

Cruzando olhares da história local com a história nacional, buscamos compreender o significado do Regime Militar para um projeto de educação, de formação de professores de História. A sustentação ideológica, as resistências ao autoritarismo vigente e as estratégias deste Regime para dismantelar os pólos universitários de produção científica de História. É neste contexto que nasce a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Patos de Minas, MG, Brasil.

Nesse compasso, estamos atentos às múltiplas ressonâncias, aos ecos, às rupturas, entre a relação formador-formado, como os professores formados no curso, equalizam seus saberes adquiridos, como eles sentem suas práticas e, a partir daí, caminham para a profissionalidade desejada. Seguindo essa métrica, tentamos “afinar” vozes, acordes e seus múltiplos tons. A tríade formação – saberes – práticas se mantém viva e dinâmica na interioridade da composição. E, como em toda obra, a incompletude é a sua marca, a re/interpretação uma necessidade permanente!

Finalizando, é possível concluirmos que, em aproximadamente 30 anos de história, o Curso de Licenciatura em História da FEPAM se construiu, em seus diferentes aspectos, sob os impactos da política educacional, instaurada no país, pós-1964, e das resistências da sociedade civil no período de redemocratização. Neste sentido, a história da instituição e da formação das várias gerações de professores, neste período histórico, deve ser pensada nos marcos das lutas de representações entre os projetos de educação para o país, seus agentes (elites políticas locais, estaduais, nacionais, estudantes, professores, representantes religiosos), suas contradições e suas possibilidades. As histórias das instituições são como janelas para o mundo, pois permitem-nos olhar, compreender e refletir a pluralidade, a história como campo de possibilidades!

Referências

1. Cartas, depoimentos e entrevistas

ANDRADE, Pedro Eustáquio. Entrevista, Araxá, 03.04.2005.

CAIXÊTA, Jorge Eduardo de Araújo. Belo Horizonte, Depoimento concedido em 16.05.2005.

PEREIRA, Durval Antônio. Carta à Professora Marluce Martins de Oliveira Scher, de 05.06.1998.

_____. Belo Horizonte, Depoimento concedido em 29.04.2005.

2. Livros

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CHARLOT, Bernard. *A relação com o saber*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. Os objetivos do ensino da História no Curso Secundário, in: *Revista de História XXIX*. Jan-Mar. São Paulo: USP, 1957.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1995.

MESQUITA, Ilka Miglio de. *Formação de professores de história: experiências, olhares e possibilidades*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

SCHÖN, D. Formar Professores Como Profissionais Reflexivos, in: NÓVOA, António. (org.) *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.